

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA

A disciplina objetiva desenvolver habilidades relacionadas aos métodos privados de solução de conflitos, especialmente a mediação e a arbitragem, com debates avançados não apenas sobre técnicas e conceitos fundamentais, mas também sobre casos práticos e decisões paradigmáticas em relação a esses mecanismos de solução de disputas.

As habilidades a serem trabalhadas incluem o desenvolvimento de estratégias para a solução de problemas complexos, a redação de cláusulas contratuais de solução de conflitos, análise de jurisprudência, além de avaliação dos impactos de novos marcos legais em relação à mediação e arbitragem.

A metodologia do curso será participativa, a partir do debate de casos e exercícios práticos que demandam o posicionamento dos alunos (perspectiva “de onde” falam), fazendo uso das metodologias de *problem based learning (PBL)* e apresentação de seminários. Os casos e situações-problemas serão disponibilizados aos alunos no curso das aulas, promovendo um olhar interdisciplinar que considere também o direito material em disputa.

Os exercícios realizados a partir das situações-problema gerarão produtos a serem entregues em sala de aula, individual ou coletivamente. Em alguns casos, poderão ser realizados *role-play* ou simulação, com assunção de posições pelos alunos, como parte do exercício.

A disciplina relaciona-se com as linhas de pesquisa da professora, que tem lecionado e desenvolvido pesquisas empíricas sobre mediação e arbitragem, além de atuar profissionalmente nessas áreas.

PROGRAMA DE AULAS

1	11.03.19	Apresentação do programa. Ferramentas de negociação e sua utilidade aos demais métodos de solução de conflitos
Sinopse da aula		Técnicas de negociação. Elementos da negociação baseada em princípios. Simulação. Diferentes critérios para a escolha do método de solução de conflitos adequado ao caso concreto.
Leitura obrigatória		GABBAY, Daniela Monteiro; MANGE, FLAVIA FOZ. Negociação: técnicas, fases e elementos. In LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagarta (Org.). Conciliação e Mediação: ensino em construção. São Paulo: IPAM, 2018. (artigo no prelo a ser disponibilizado pela professora).
Leitura complementar		SANDER, Frank E. A., ROZDEICZER, Lukasz. Matching cases and dispute resolution procedures: detailed analysis leading to a mediation centered approach. Harvard Negotiation Law Review, vol. 11, 2006, pp. 1-41 (disponível em www.heinonline.org - acessar conectado à rede da FGV DIREITO SP).

2	18.03.19	Mediação: técnicas e fundamentos. Onde estamos e para onde vamos com os novos marcos legais?
Sinopse da aula		Técnicas e fundamentos da mediação (que serão abordados a partir de atividade prática), com foco na mediação extrajudicial e nos impactos dos novos horizontes normativos. Análise crítica dos

	desafios e limites da mediação.
Leitura obrigatória	GABBAY, Daniela Monteiro. Mediação de conflitos no âmbito jurídico: o crescimento da mediação empresarial no Brasil. Cadernos FGV Projetos, v. 26, p. 62-75, 2015. Roteiro para análise de adequação de caso para a mediação elaborado por Comissão de Mediação FIESP-CIESP, disponível em http://www.camaradearbitragemsp.com.br/pt/res/docs/MIOLO-ANALISE-DE-ADEQUACAO-MEDIACAO-2018.pdf
Leitura complementar	FISS, Contra o Acordo. In: SALLES, Carlos Alberto de. (Org.) Um novo Processo Civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, pp. 121-145.

3	25.03.19	Desenhando sistemas customizados de solução de disputas para casos complexos
Sinopse da aula	Como combinar diferentes mecanismos de solução de conflitos e customizá-los para fazer frente a uma situação complexa? Estudo de casos de sucesso. Análise de mecanismos online de solução de disputas.	
Leitura obrigatória	DIAS, Thaís Henriques. Análise da pré-execução do Programa de Indenização Mediada e a tutela adequada dos direitos coletivos lato sensu. In Anais do II Congresso de Processo Civil Internacional, Vitória, 2017, p. 559-569. FALECK, Diego. Introdução ao Design de Sistema de Disputas: Câmara de Indenização 3054. Revista Brasileira de Arbitragem. n. 23, jul./ago./set. 2009, pp. 7-32.	
Leitura complementar	ARBIX, Daniel do Amaral. Resolução Online de Controvérsias. São Paulo: Editora Intelecto, 2017, pp. 115-150.	

4	01.04.19	Arbitragem: fundamentos e princípios, autonomia da vontade e constitucionalidade. Relação entre arbitragem e Judiciário.
Sinopse da aula	Princípios, Convenção de arbitragem, Arbitrabilidade, Competência-Competência, e Constitucionalidade da Lei de Arbitragem. Relação entre Arbitragem e Judiciário. Arbitragem em tempos de crise e acesso à justiça.	
Leitura obrigatória	Julgado STF (SEC 5.206-7/EP): caso MBV vs. Resil (trechos selecionados). Ementa (pp. 958 a 960). Relatório (pp. 973 a 985), Voto Min. Nelson Jobim (pp. 1054 a 1071), Voto Min. Relator Sepulveda Pertence (pp. 986 a 1.015).	
Leitura complementar	MANGE, Flavia Foz. FARIA, Marcela Kolhbach de. Arbitragem em tempos de crise: situações de impecuniosidade e financiamento de terceiros. In Braga, Ana Gabriela Mendes e Borges, Daniel Damasio (Org.). Aspectos jurídicos da crise brasileira: o direito em face dos desafios nacionais. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP (artigo no prelo a ser disponibilizado pela professora).	

5	08.04.19	Mediação e Arbitragem envolvendo o Poder Público
Sinopse da aula	Análise da Arbitragem e Mediação em Contratos envolvendo o Poder Público. O que dizem os novos marcos legais. Peculiaridades do procedimento: características e desafios. Poder Público como grande litigante. A edição de resoluções, regulamentos e cláusulas modelo. Precedentes judiciais e posição do TCU.	
Leitura obrigatória	MEGNA, Bruno Lopes. Arbitragem e Administração Pública: o processo arbitral devido e adequado ao regime jurídico administrativo. Dissertação de mestrado defendida na USP em 2017, pp. 307-316 SALLES, Carlos Alberto de. Arbitragem em Contratos Administrativos. Rio de Janeiro: Forense, 2011, pp. 221-236; 259-266. TAKAHASHI, Bruno. GABBAY, Daniela Monteiro. Desenho de Sistemas e Mecanismos Consensuais de Solução de Conflitos na Justiça Federal: uma Introdução. In Justiça Federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos (Coord.). Brasília/DF: Gazeta Jurídica, 2014, pp. 3-33.	
Leitura complementar	YAMAMOTO, Ricardo. Arbitragem e Administração Pública: uma análise das cláusulas compromissórias em contratos administrativos. Dissertação de Mestrado Profissional defendida na FGV Direito SP. Orientadora Prof. Daniela Gabbay, 2018, pp. 124-151; 175-188 (tabelas)	

6	15.04.19	Regulação procedimental da arbitragem: entre a autonomia da vontade das partes e o poder decisório dos árbitros. Os aspectos transnacionais da prática arbitral.
Sinopse da aula	Regulação e flexibilidade procedimental na arbitragem. Autonomia da vontade das partes vs. Poder decisório dos árbitros. Devido processo legal. Quais são os desafios da regulação processual da arbitragem? Relação entre a prática processual arbitral e soft law.	
Leitura obrigatória	BERGER, Klaus Peter. Due process paranoia and the procedural judgement rule: a safe harbor for procedural management decisions by international arbitrators. <i>Revista Brasileira de Arbitragem</i> , n. 54, abr-mai-jun 2017, pp. 73-94. MANGE, Flávia Foz, <i>Processo Arbitral: aspectos transnacionais</i> , São Paulo: Quartier Latin, 2013, pp. 127-139; 223-236.	
Leitura complementar	KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle. Soft Law in International Arbitration: Codification and Normativity. <i>Journal of International Dispute Settlement</i> , (2010), pp. 1-17, disponível em http://lk-k.com/wp-content/uploads/Soft-Law-in-International-Arbitration-Codification-and-Normativity.pdf	

7	22.04.19	Arbitragem Coletiva no Brasil e EUA
Sinopse da aula	Arbitragem coletiva. Precedentes nos EUA. Oportunidades e desafios para a arbitragem coletiva no Brasil, especialmente para proteção de investidores em Companhias Abertas. Procedimento da Arbitragem Coletiva.	
Leitura obrigatória	PRADO, Vivianne Muller. DECCACHE, Antonio. Arbitragem Coletiva e Companhias Abertas. <i>Revista de Arbitragem e Mediação</i> , vol. 52, jan-mar 2017, pp. 99-122 MARIANI, Rômulo Greff. <i>Arbitragens Coletivas no Brasil</i> . São Paulo: Atlas, 2015, pp. 84-112.	
Leitura complementar	NERY, Ana Luiza. <i>Arbitragem Coletiva</i> . São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2016, pp. 168-223 Supplementary rules for class arbitrations (American Arbitration Association): https://www.adr.org/sites/default/files/document_repository/Supplementary%20Rules%20for%20Class%20Arbitrations.pdf	

8	29.04.19	Mesa de debates sobre desafios à Arbitragem Coletiva
Sinopse da aula	O objetivo é debater casos concretos de arbitragem coletiva com diferentes interlocutores da academia, da advocacia, da arbitragem e do sistema de justiça, trazendo à tona vantagens e desvantagens da arbitragem coletiva, a partir de um debate prático. Os alunos elaborarão previamente um rol de perguntas a serem debatidas.	
Leitura obrigatória	SALAMA, Bruno Meyerhof. In Re Petrobras Securities Litigation: validade e abrangência da cláusula arbitral. <i>Revista Brasileira de Arbitragem</i> , n. 55, jul-ago-set 2017, pp. 79-93. http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1947735-advogados-americanos-comemoram-vitoria-historica-contra-petrobras.shtml https://www.lexisnexis.com.br/lexis360/noticias/217/serpros-espera-que-arbitragem-coletiva-contra-a-pe/ https://www.valor.com.br/empresas/6105945/petrobras-e-alvo-de-nova-arbitragem	
Leitura complementar		

AVALIAÇÃO

30%: Apresentação em grupo dos textos complementares, com a elaboração de *handout* a partir de leitura crítica do texto e foco em casos práticos.

20%: participação continuada em sala de aula, debate de textos e eventuais produtos entregues individualmente ou em grupo, além da participação na mesa final de debates.

50%: trabalho final

Nota 1: Apresentação de textos e casos – 30% da nota final.

Objetivo: Apresentação em grupo dos textos complementares (das aulas 2 a 7), conforme divisão a ser realizada no primeiro dia de aula, com a elaboração de *handout* a partir de leitura crítica do texto e foco em casos práticos. A apresentação terá duração de até 30 minutos (preferencialmente com utilização de ppt) e trará questões para motivar o debate.

Nota 2: Participação continuada – 20% da nota final.

Objetivo: Desempenho dos alunos em sala de aula no decorrer do curso, com base na leitura dos textos obrigatórios e debate dos textos complementares, além de análise de casos práticos. Será avaliada também a participação na mesa final de debates, com o envio prévio de questões.

Nota 3: Avaliação final escrita – 50% da nota final.

Objetivo: A avaliação final poderá ser um trabalho relacionado ao tema de pesquisa do trabalho de conclusão do aluno, sendo previamente validado com a professora. Caso o tema de pesquisa do aluno não esteja relacionado à mediação e arbitragem, o trabalho poderá estar relacionado às questões da mesa de debates do último dia de aula ou à tema que revele compreensão e problematização do conteúdo do curso.

$$\text{Média Final} = (N1 \times 0,3) + (N2 \times 0,2) + (N3 \times 0,5)$$

PROFESSOR

Daniela Monteiro Gabbay

Mestre e Doutora em Processo Civil pela Faculdade de Direito da USP. Professora da graduação e pós-graduação da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV DIREITO SP). Visiting fellow na Universidade de Yale (EUA) e na London School of Economics and Political Science (Inglaterra). Sócia do escritório Mange & Gabbay, com atuação nas áreas de solução de conflitos, mediação e arbitragem. Integra lista de mediadores e árbitros de Câmaras Brasileiras. Autora de livros e artigos sobre processo civil, mediação e arbitragem.

BIBLIOGRAFIA

Leituras obrigatórias

BERGER, Klaus Peter. Due process paranoia and the procedural judgement rule: a safe harbor for procedural management decisions by international arbitrators. Revista Brasileira de Arbitragem, n. 54, abr-mai-jun 2017, pp. 73-94.

DIAS, Thaís Henriques. Análise da pré-execução do Programa de Indenização Mediada e a tutela adequada dos direitos coletivos lato sensu. In Anais do II Congresso de Processo Civil Internacional, Vitória, 2017.

FALECK, Diego. Introdução ao Design de Sistema de Disputas: Câmara de Indenização 3054. Revista Brasileira de Arbitragem. n. 23, jul./ago./set. 2009, pp. 7-32.

GABBAY, Daniela Monteiro; MANGE, FLAVIA FOZ. Negociação: técnicas, fases e elementos. In LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagarta (Org.). Conciliação e Mediação: ensino em construção. São Paulo: IPAM, 2018. (artigo no prelo disponibilizado pela professora).

GABBAY, Daniela Monteiro. Mediação de conflitos no âmbito jurídico: o crescimento da mediação empresarial no Brasil. Cadernos FGV Projetos, v. 26, p. 62-75, 2015.

MANGE, Flávia Foz, *Processo Arbitral: aspectos transnacionais*, São Paulo: Quartier Latin, 2013.

MARIANI, Rômulo Greff. Arbitragens Coletivas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2015, pp. 84-112.

MEGNA, Bruno Lopes. Arbitragem e Administração Pública: o processo arbitral devido e adequado ao regime jurídico administrativo. Dissertação de mestrado defendida na USP em 2017, pp. 307-316

PRADO, Vivianne Muller. DECCACHE, Antonio. Arbitragem Coletiva e Companhias Abertas. Revista de Arbitragem e Mediação, vol. 52, jan-mar 2017, pp. 99-122

SALAMA, Bruno Meyerhof. In Re Petrobras Securities Litigation: validade e abrangência da cláusula arbitral. Revista Brasileira de Arbitragem, n. 55, jul-ago-set 2017, pp. 79-93.

SALLES, Carlos Alberto de. Arbitragem em Contratos Administrativos. Rio de Janeiro: Forense, 2011, pp. 221-266.

TAKAHASHI, Bruno. GABBAY, Daniela Monteiro. Desenho de Sistemas e Mecanismos Consensuais de Solução de Conflitos na Justiça Federal: uma Introdução. In Justiça Federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos (Coord.). Brasília/DF: Gazeta Jurídica, 2014, pp. 3-33.

Leituras complementares

ARBIX, Daniel do Amaral. Resolução Online de Controvérsias. São Paulo: Editora Intelecto, 2017, pp. 115-150.

FISS, Contra o Acordo. In: SALLES, Carlos Alberto de. (Org.) Um novo Processo Civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, pp. 121-145.

KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle. Soft Law in International Arbitration: Codification and Normativity. Journal of International Dispute Settlement, (2010), pp. 1-17, disponível em <http://lk-k.com/wp-content/uploads/Soft-Law-in-International-Arbitration-Codification-and-Normativity.pdf>

MANGE, Flavia Foz. FARIA, Marcela Kolhbach de. Arbitragem em tempos de crise: situações de impecuniosidade e financiamento de terceiros. In Braga, Ana Gabriela Mendes e Borges, Daniel Damasio (Org.). Aspectos jurídicos da crise brasileira: o direito em face dos desafios nacionais. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP (artigo no prelo disponibilizado pela professora).

NERY, Ana Luiza. Arbitragem Coletiva. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2016, pp. 168-223

SANDER, Frank E. A., ROZDEICZER, Lukasz. Matching cases and dispute resolution procedures: detailed analysis leading to a mediation centered approach. Harvard Negotiation Law Review, vol. 11, 2006, pp. 1-41 (disponível em www.heinonline.org - acessar conectado à rede da FGV DIREITO SP).

YAMAMOTO, Ricardo. Arbitragem e Administração Pública: uma análise das cláusulas compromissórias em contratos administrativos. Dissertação de Mestrado Profissional defendida na FGV Direito SP. Orientadora Prof. Daniela Gabbay, 2018.